

Reunião com as Associações de Moradores da UFGIMM

Participantes: Pela AMAGO: Beatriz Branco, Telma Domingues e André Conde; pela Comissão de melhoramentos da Ilha e Lugares Limítrofes: Paula Pedro e Alexandre Silva; pela Associação de Moradores da Mata Mourisca: Carlos Baptista.

Comissão: Patrícia Silva, Liliana Pedrosa, David Silva

Data: 06/06/2022

A reunião decorreu no dia 6 de junho cerca das 21 horas nas instalações da UFGIMM da Guia.

A reunião iniciou com a intervenção da AMAGO cujos representantes consideram que o processo deverá ser avaliado em três vertentes: Hasta Publica, Empreendimento e seus impactos ambientais e urbanísticos e Proteção do Aquífero.

Relativamente à Hasta Pública de 22/04/2020 para alienação de 121.850m² para construção industrial, referem que a mesma não cumpre os requisitos legais. Assinalam a existência de uma parcela no interior do polígono que não foi adquirida pelo Município e que este facto foi comunicado pela associação aos Técnicos do Município em sede de reunião ocorrida em janeiro de 2022. Salientam ainda que os proprietários dos terrenos se sentem enganados por não terem sido informados da finalidade de alienação em Hasta Pública do conjunto de terrenos a uma única empresa. Na realidade, a finalidade comunicada seria a de um loteamento para o qual já existiriam três empresas interessadas. Os proprietários consideram que foram pressionados a vender de modo a que o processo ficasse concluído até maio 2019, sob pena dos terrenos deixarem de ser urbanizáveis e de poderem ser expropriados.

AMAGO refere uma Assembleia Municipal, que decorreu a 28/02/2020 onde no Ponto 2.3 o então Presidente de Câmara referiu a existência de uma única

entidade industrial interessada na aquisição de todo o lote. Saliem ainda o facto dos 121.850 m² alvo de alienação não corresponderem à área do PIP de 123.140m. Segundo a Amago, o PIP pode ser realizado sobre terrenos que não estejam incluídos, mas nesse caso cabe à Câmara notificar o proprietário e referem que têm conhecimento que tal não aconteceu.

Ainda em relação à Hasta Publica referem que, ao contrário de outros procedimentos, a mesma não foi adiada em virtude do contexto pandémico e não compreendem por que motivo não foi afixado o respetivo Edital na Guia.

Quanto ao Empreendimento e seus impactos ambientais e urbanísticos, a AMAGO levanta várias questões:

- ✓ Qual a forma de captação de água, considerando que é proibida a sua captação na zona do aquífero.
- ✓ Como vão proceder com a parte do terreno que está em zona ecológica que vai passar a urbanizável;
- ✓ PIP com área superior à alienada.
- ✓ Unidade de transformação de carnes implica a existência de um entreposto frigorífico. O horário de funcionamento apresentado no PIP (6h00 às 20h00) não coincide com os horários de funcionamento alargados habituais neste tipo de indústria.
- ✓ A existência de odores não está esclarecida no PIP.
- ✓ Unidades desta tipologia não são construídas próximas das áreas residenciais.
- ✓ A implantação da empresa implica a realocação do coletor. De quem é a responsabilidade ao nível dos custos.
- ✓ Tratamento dos efluentes pela ETAR: não está indicado no PIP a quantidade de efluentes que vão ser depositados, nem se a ETAR existente tem capacidade para tratar essa mesma quantidade.
- ✓ De acordo com o PIP trata-se de Indústria tipo 1- segundo o IAPMEI esta tipologia empresarial é a que comporta mais riscos para a população e para o meio ambiente. Das empresas do género existentes atualmente, nenhuma está sobre o aquífero e encontram-se afastadas da população. Sugeriram a que a Comissão de Acompanhamento solicitasse ao IAPMEI

a listagem das indústrias de tipo 1 existentes no concelho de Leiria e no concelho de Pombal.

- ✓ Questionam se vai haver um paralelismo com o que sucede Marinha das Onda onde não se registou uma dinamização da economia local e quais serão realmente os benefícios que poderão advir, tendo em conta que o que se verificou naquela zona foi a existência de arrendamentos precários em virtude dos baixos salários dos trabalhadores migrantes que acabaram por não beneficiar o comércio local. Daí ser de extrema importância a realização de um estudo de impacto socioeconómico.
- ✓ Impactos nos serviços públicos locais, nomeadamente, na resposta da USF onde já se verifica a existência de utentes sem médico.
- ✓ Impacto ao nível das escolas considerando que atualmente o polo escolar da Guia já está no seu limite máximo.
- ✓ Capacidade de resposta para novos residentes.
- ✓ Preocupação com o histórico da empresa do grupo que se encontra em 18º lugar na lista das empresas mais poluentes do país. Em alguns concelhos a empresa tem enfrentado muita contestação da população devido aos odores, obrigando ao desmantelamento das suas unidades (aviários em Ferreira do Zêzere e unidade de transformação de subprodutos na Coutada Velha).
- ✓ Garantias de que a empresa não vai instalar uma unidade de transformação e subprodutos? Apesar do PIP não mencionar subprodutos, num do comunicado de imprensa emitido pelo Sr. Carlos Caldeira foi mencionado a transformação de subprodutos.
- ✓ Preocupação dos empresários locais que estão contra o projeto, por temer o que se venha a implantar numa fase posterior.
- ✓ risco biológico LEGIONELA.

AMAGO entende que a deslocalização não é uma solução apenas poderá atenuar alguns impactos e salienta que existe a possibilidade de o investidor poderá não estar a fornecer todos os dados no que respeita aos reais impactos ambientais da unidade que pretende instalar (greenwashing).

AMAGO sugere:

- ✓ Realização de estudo de impacto ambiental, social e económico.
- ✓ Uma deliberação de assembleia de freguesia para promover uma audição pública dos intervenientes: promotor investimento, Câmara de Pombal e Junta de Freguesia.

Os representantes da Comissão de Melhoramentos da Ilha expressam a mesma preocupação com o impacto ambiental da unidade industrial. Questionam-se se vai haver a necessidade de construção de infraestruturas, qual será o custo das mesmas e se foram solicitadas contrapartidas à empresa. Referem que apesar dos efeitos positivos que o investimento eventualmente possa ter, existem questões que não foram devidamente esclarecidas o que fomenta a dúvida relativamente ao investimento, não se compreendendo a proximidade à zona residencial. Se a unidade industrial avançar, questionam como se vai processar a fiscalização do seu funcionamento.

O representante da Associação de Moradores da Mata Mourisca considera que havendo efeitos negativos para população, não deve acontecer a instalação da empresa em questão. Por outro lado, a questão da criação de postos de trabalho apresenta-se como uma falsa questão uma vez que na UFGIMM o problema é precisamente o contrário.

Foi ainda salientado o sentimento de injustiça da população residente na Guia que referem que a sua vontade não foi aceite e dado exemplo da Pecuária da Mata Mourisca que não foi construída por vontade expressa da sua população local.